

Profissionais da saúde pedem soluções e criticam ameaça de demissão de Mandetta

Ao longo de toda essa segunda-feira, 6, informações deram conta de que o presidente Jair Bolsonaro iria demitir o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Ao final do dia as notícias eram de que a demissão ficou na ameaça. Os sinais, no entanto, mostram o desgaste e a crise institucional no governo brasileiro em meio a uma pandemia grave que afeta o mundo inteiro. Bolsonaro convocou Osmar Terra para uma reunião ministerial, o ex-ministro da Cidadania é apontado como provável substituto de Mandetta e teria uma linha para o combate a pandemia por Covid-19 próxima ao que o presidente vem defendendo: pôr fim ao isolamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e seguido por líderes governamentais do mundo todo. Assim como Bolsonaro, Terra sofreu sanções do Twitter por compartilhar informações anti-quarentena. Nessa terça, 7, Dia Mundial da Saúde, aplausos nas janelas às 20h30 vão marcar a defesa do SUS e dos profissionais da saúde.

A negação dos fatos, dos números, da ciência e do que recomendam os profissionais da saúde não está sendo bem recebida pela população brasileira. Pesquisa divulgada na última sexta, 3, pelo Datafolha mostra que 76% da população é favorável as recomendações e determinações do Ministério da Saúde e aprova ações comandadas por Mandetta. Na base da Condsef/Fenadsef, empregados da Ebserh que estão na linha de frente do combate à Covid-19 criticam a instabilidade que Bolsonaro traz ao cenário ameaçando a demissão de seu ministro que tem feito um trabalho competente frente a essa crise de saúde pública. "É hora de resolutividade. Precisamos de soluções, não de mais instabilidade. Há pessoas morrendo", comentou Ricardo Abel, representante dos empregados da Ebserh na Condsef/Fenadsef.

No Ministério da Saúde a informação entre diversos servidores é de que a saída de Mandetta provocaria um impacto grave no trabalho que vem sendo desenvolvido no combate à Covid-19. Alguns acreditam na possibilidade de entrega de cargos em massa dentro do ministério. Para a Confederação, diante da crise que já existe e tem ser enfrentada, é preciso que sejam deixados de lado quaisquer desentendimentos institucionais. "O presidente da República deveria fazer jus ao cargo que ocupa e conduzir com responsabilidade essa crise. Promover divisionismos motivados por achismos não nos ajudará em nada. Os desafios que temos não são poucos e o chefe do Executivo não pode ser foco de ainda mais problemas", avalia Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. "Nós que representamos servidores e empregados públicos que estão atuando diretamente nessa crise exigimos que o governo apresente as soluções aos problemas e não mais conflitos", acrescentou.

Como tentativa de contornar a situação, o Ministério da Saúde apresentou proposta para flexibilizar o isolamento apenas em cidades onde houver 50% dos leitos do sistema de saúde disponíveis. A medida passaria a valer a partir da próxima segunda, dia 13.

Vidas em risco

A pandemia já fez 567 vítimas no Brasil. Além de muitos afastados por ter contraído o vírus, há profissionais da saúde que já perderam a vida. A morte de uma técnica em enfermagem de 38 anos, sem histórico de problemas de saúde, no estado de Goiás, comoveu muitos brasileiros. Adelita Ribeiro da Silva tinha participado de uma campanha que pedia que as pessoas ficassem em casa para auxiliar os profissionais da linha de frente a combater a pandemia. Em Pernambuco a morte de outra profissional de saúde também gerou reações. "Quantos vão precisar morrer para que o presidente perceba que estamos diante de uma ameaça grave que não será resolvida na base de achismos?", questionou Sérgio Ronaldo.

Sobre priorizar economia ou saúde o secretário-geral acrescenta. "Não há economia sem vida. Alternativas estão sendo apontadas por diversos especialistas. Temos condições de passar por essa crise e não precisamos sacrificar a classe trabalhadora para isso. Não resolveremos isso arriscando milhares de vidas, nem com cortes de salários, mais desemprego ou tirando nossas formas de sustento. O Estado precisa

responder com agilidade a essas questões. E para nós a revogação imediata da EC 95, do teto de gastos, continua sendo essencial e urgente".

Suspensão de benefícios reduz renda de servidores em teletrabalho

No último dia 25 de março, o Governo Federal publicou a Instrução Normativa n. 28, estabelecendo orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), sobre os servidores que estão em regime de teletrabalho e àqueles que estejam afastados das suas atividades presenciais devido à emergência de saúde pública decorrente da propagação da COVID-19. Na Normativa, o Executivo informa que os valores referentes a adicional noturno, auxílio transporte e adicionais ocupacionais, entre outros não serão pagos enquanto os servidores não puderem realizar suas atividades de forma presencial.

Já é antigo o desejo de culpar pelas crises econômicas àqueles que fazem a máquina pública funcionar. Um discurso recorrente da mídia empresarial e entre governantes. Com Bolsonaro, a ofensiva contra os servidores se estabeleceu desde o início do mandato. Extinção e fusão de Ministérios, extinção de cargos, fim dos concursos e ameaças a estabilidade são alguns dos exemplos dessa perseguição.

Entretanto, nesse momento de crise sanitária, nunca os servidores foram tão necessários, seria de se esperar que seus trabalhos fossem valorizados. São trabalhadores que seguem disponíveis e estão sobrecarregados diante de suas famílias, que com a crise econômica dependerão ainda mais de seus rendimentos para sobreviver.

A Condsef/ Fenadsef, junto com sua assessoria jurídica, analisou a IN 28/2020 e detectou vários pontos a serem questionados, alguns até inconstitucionais. Diante dessa realidade, recomendamos que servidores (as) e empregados(as) públicos cujos direitos sejam restringidos com a aplicação da IN 28/2020 procurem a assessoria jurídica da entidade a qual são filiados. É preciso analisar cada situação individual e, verificar quais medidas podem ser adotadas.

Portaria garante antecipação de um salário mínimo aos requerentes de auxílio-doença

No dia 07/04, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria Conjunta nº 9381, que garante a antecipação de um salário mínimo aos requerentes do auxílio-doença junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo a referida Portaria, a antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente, será devida a partir da data de início do benefício e terá duração máxima de três meses.

Enquanto permanecerem os atendimentos reduzidos nas agências do INSS, em virtude do estado de calamidade por causa do coronavírus, os requerimentos de auxílio-doença poderão ser instruídos com atestado médico.

O atestado médico deve ser anexado ao requerimento por meio do site ou aplicativo "Meu INSS", mediante declaração de responsabilidade pelo documento apresentado, e deve observar, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - estar legível e sem rasuras; II - conter a assinatura do profissional emitente e carimbo de identificação, com registro do Conselho de Classe; III - conter as informações sobre a doença ou CID; e IV - conter o prazo estimado de repouso necessário.

O beneficiário poderá ainda requerer a prorrogação da antecipação do auxílio-doença, com base no prazo de afastamento da atividade informado no atestado médico anterior ou mediante apresentação de novo atestado médico.

Após o término do regime de plantão reduzido de atendimento nas Agências da Previdência Social, beneficiário será submetido à realização de perícia pela Perícia Médica Federal.

CUT lança campanha Defender o SUS é Defender a Vida neste Dia Mundial da Saúde

No momento em que o mundo todo está passando por enormes desafios para enfrentar a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), e fica claro que não é o setor privado e nem os planos de saúde que vão arcar com todos os custos do atendimento à população, é de fundamental importância defender o Sistema Único da Saúde (SUS), a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde e de toda população.

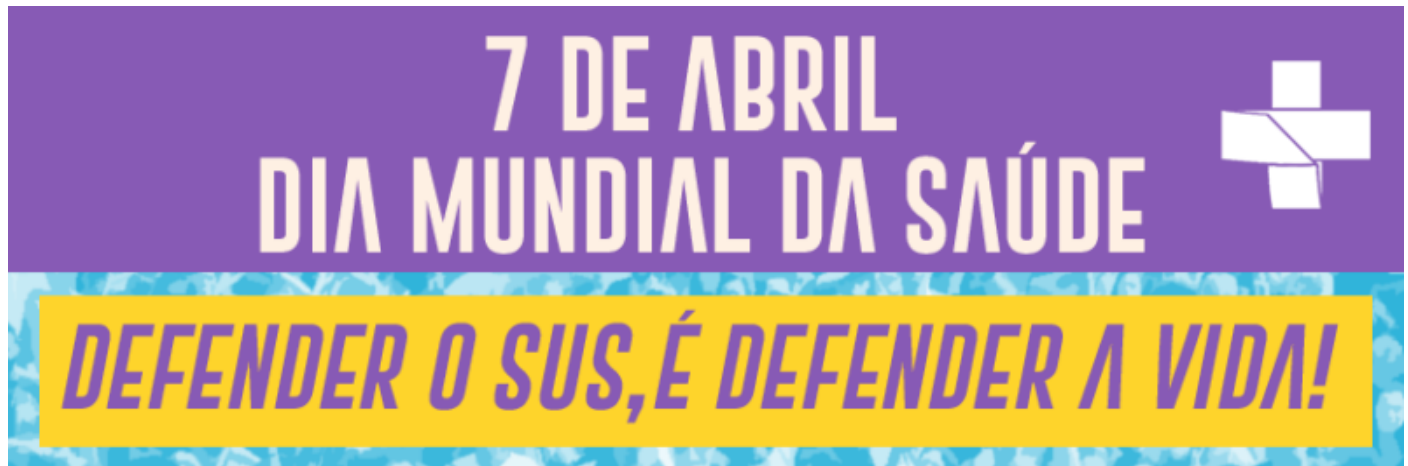
Esta afirmação foi da secretária Nacional da Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida da Silva, que está à frente da campanha Defender o SUS é Defender a Vida que a CUT lança nesta terça-feira (7), no Dia Mundial da Saúde.

"Na verdade a campanha é uma proposta antiga, que estava no nosso planejamento e que pelos sucessivos golpes que a classe trabalhadora vem sofrendo agravada pela pandemia a gente executou agora. Com isso, poderemos gritar para o mundo a necessidade do fortalecimento do sistema público de saúde capaz de acolher as pessoas em situações como esta pandemia e em qualquer outro momento com equidade, universalidade e a integralidade", afirmou Madalena.

Segundo a sindicalista, defender o SUS é defender o sistema público de saúde, que garante a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, formais e informais, o acesso à saúde.

"O SUS é a materialização do papel do estado que tem que garantir, não só as questões econômicas, mas também as questões voltadas para a atenção a saúde que garanta integridade física e emocional das pessoas e dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde", afirmou Madalena.

Dar visibilidade ao Dia Mundial da Saúde, sensibilizar a classe trabalhadora e a população para a importância do SUS e da valorização dos trabalhadores da saúde em todos os níveis de assistências e fortalecer o controle social do sistema são os principais objetivos da campanha, que acontecerá em três fases: a curto, médio e longo prazo.



História do SUS

A história do Sistema Único da Saúde começou antes mesmo de 1988, quando foi criado pela Constituição Federal, que determina que é dever do Estado garantir saúde a toda a população brasileira.

O movimento sanitário – médicos, profissionais da saúde e a comunidade organizada – nos anos 70 e 80 se engajaram na luta por um sistema público para solucionar os problemas encontrados no atendimento da população defendendo o direito universal à saúde.

"A universalidade do SUS é a coisa mais bonita que podemos imaginar numa política pública, porque ela está em todos os lugares desde os tratamentos de alta complexidade, mas também na questão do dia a dia, como vacinas, vigilância sanitária e a vigilância em saúde", explicou Madalena.

Para Madalena, o SUS é um patrimônio imaterial da humanidade, um dos maiores sistemas públicos e universal de saúde do mundo e tem como princípio a garantia de acesso a todos os cidadãos.

"Portanto, defender o SUS significa defender possibilitar o acesso de milhões de brasileiros aos serviços de saúde e garantir o direito humano a vida, com respeito e cidadania", ressaltou.

Os princípios do SUS:

- Ele é universal, pois atende a todos sem cobrar nada, independente de raça ou condição social.
- Integral, pois trata a saúde como um todo com ações que, ao mesmo tempo, pensam no indivíduo sem esquecer da comunidade.
- Garante equidade, pois oferece os recursos de saúde de acordo com as necessidades de cada um e tem como objetivo diminuir a desigualdade.
- O SUS é administrado de forma tripartite, ou seja, o financiamento é uma responsabilidade comum dos três níveis de governo - federal, estadual e municipal.

Controle Social

O Controle social é a participação da sociedade no dia-a-dia do sistema.

Por isso existem os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde, envolvendo gestores do serviço, trabalhadores e usuários do serviço de saúde.

A CUT representa os trabalhadores e as trabalhadoras no Conselho Nacional de Saúde, nos estados e municípios, atuando na defesa intransigente do SUS, no fortalecimento de seu financiamento, da valorização do serviço público e dos trabalhadores da saúde, na fiscalização, na formulação de políticas na área da saúde e na gestão do sistema, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Trabalhadores e trabalhadoras da saúde

Segundo Madalena, a razão principal da existência da CUT é a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras de todos os ramos, mas ela afirma que defender a categoria de trabalhadores da saúde neste momento é de fundamental importância “porque são eles que estão na linha de frente para acolher as pessoas adoecidas pelo COVID-19”.

Quando se diz os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde não são só os médicos e enfermeiros e sim todos os profissionais ligados a saúde, como o maqueiro, os que higienizam os locais de trabalho, os que ficam na cozinha, garantindo as dietas dos pacientes coordenados por nutricionistas.

MPF processa Bolsonaro por propagar informações falsas sobre coronavírus

O Ministério Público Federal entrou com uma ação na Justiça Federal contra o presidente Jair Bolsonaro nesta segunda-feira (6) em razão da postura do ex-capitão diante do surto do novo coronavírus. O MPF quer proibir Bolsonaro de fazer discursos e espalhar informações falsas sobre a pandemia.

“A União, por meio de seu representante máximo, o presidente da República, não pode expor a risco o direito à saúde das pessoas, expor toda a sociedade a risco, recomendando a retomada das atividades cotidianas, a reabertura dos comércios, etc, diante da pandemia da covid-19, contrariando todas as evidências científicas que apontam em sentido contrário”, diz trecho do documento apresentado por 20 procuradores.

O texto ainda afirma que Bolsonaro cria “um clima de insegurança sanitária que pode provocar milhares de mortes” ao contrapor cotidianamente as orientações do ministro da Saúde, Henrique Mandetta.

Os procuradores destacam 12 episódios em que o presidente minimizou a gravidade da pandemia do coronavírus – como o da “gripezinha” – ou falou contra o isolamento social

Nesta segunda-feira, os bastidores de Brasília esquentaram em razão da notícia de uma possível demissão do ministro Henrique Mandetta. Bolsonaro teria recuado após a pressão de militares e do Congresso Nacional.